

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2

Francisca Júlia Camargo Dresch
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Francisca Júlia Camargo Dresch
(Organizadora)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
2 [recurso eletrônico] / Organizadora Francisca Júlia Camargo
Dresch. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Impactos
das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v.2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-75-8
DOI 10.22533/at.ed.758180511

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I. Dresch, Francisca Júlia Camargo. II. Título.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Me coube a apresentação deste exemplar cuja tarefa é a de estabelecer uma linha de raciocínio dos textos que aqui constituem os 25 capítulos desta obra. Após a leitura cuidadosa dos artigos submetidos, procurei conexões entre os contextos e as dimensões que poderiam sequenciar as discussões – trouxe a reflexão Sociológica que definem a vida humana na Terra através da produção de bens e serviços, refletidas na organização social, econômica, política, histórica, educacional, ambiental, cultural expressas pelas relações biopsicossociais do humano em seus ambientes.

Deste modo, poderíamos interrogar se nascemos ou nos tornamos humanos? A pergunta nos remete primeiramente a reflexão filosófica – em que momento inicia a vida sabendo que dependerá da abordagem selecionada, não há uma definição única que seja capaz de defini-la assertivamente. Podemos tentar explicar pela Religião, pelo Direito, e/ou pelas Correntes Filosóficas. Então, simplificamos vida é o oposto da morte, resulta do movimento contraditório que repousa na certeza de que vivendo estamos nos aproximando da morte. E para as ciências sociais, nascemos biologicamente humanos e nos tornamos humanos ao viver em sociedades e, nelas aprendemos agir moral e eticamente.

O desenvolvimento tecnológico atual nos situa na Era da Informática e das Comunicações. Tais características têm possibilitado registros inovadores na história humana. Nos interessa pontuar que o paradigma Neoliberal empregado para o permanente crescimento econômico que estabelece os padrões de consumo é o mesmo identificado no esgotamento dos recursos naturais, especialmente ao refletir o distanciamento entre *“os que acumulam, dos que nada possuem”*. Ora se o Planeta dá sinais de esgotamento e se as relações sociais apontam para a exploração sem precedentes, nos parece lógico também pensar na responsabilidade social como alternativa de sustentabilidade entre o educar para produzir e o papel das tecnologias para desenvolver a cidadania.

Portanto a obra Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2, defende que a vida é patrimônio a ser preservado. Reúne debates acerca de pesquisas empregadas nas organizações produtivas a partir das políticas que permeiam processos de ensino e aprendizagem das instituições sociais. A cada autor, nossos agradecimentos a submissão de seus estudos na Editora Atena. Aos leitores, desejo proveitosa reflexão na trajetória apresentada

Francisca Júlia Camargo Dresch

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
VANTAGEM COMPETITIVA EMPRESARIAL PELO USO DE SACOS DE PÃES ECOLÓGICOS POR PANIFICADORAS DE QUIXADÁ – CE.	
José Cazuza Lopes Neto Valter de Souza Pinho Marcos James Chaves Bessa Sérgio Horta Mattos Danielle Rabelo Costa	
CAPÍTULO 2	10
A GOVERNANÇA AMBIENTAL E AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	
Anaítes Maria de Moraes Silva Jaíra Maria Alcobaça Gomes	
CAPÍTULO 3	28
A GESTÃO DE COMUNICAÇÃO <i>OMNICHANNEL</i> À PARTIR DOS EFEITOS DA TECNOLOGIA NUMA SOCIEDADE PLURAL, INOVADORA E PARTICIPATIVA.	
Ligia Fagundes	
CAPÍTULO 4	42
ANÁLISE DA PAISAGEM RURAL DO MUNICÍPIO DE MARIALVA – PR: A EMPRESA BSBIOS COMO AGENTE INDUTOR DA PAISAGEM	
Isadora Pinheiro Lucas César Frediani Sant’ana	
CAPÍTULO 5	57
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A GESTÃO E O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS	
Tassiana Justino Fernandes Maria das Graças de Lima	
CAPÍTULO 6	72
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, SOB O OLHAR DOS ACADÊMICOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADAS.	
Eudes Cristiano Vargas Larissa Siqueira Camargo Sandra de Cássia Franchini Leticia Grazielle Roque Adriano Pereira Cardoso Dênis Martins de Oliveira	
CAPÍTULO 7	87
A EXPANSÃO DOS CURSOS PRIVADOS PRESENCIAIS DE SERVIÇO SOCIAL EM SALVADOR-BA: IMPACTOS PARA DISCENTES E DOCENTES	
Adriana Freire Pereira Férriz, Taís Ana de Oliveira, Thainan de Albuquerque e Santos,	

CAPÍTULO 8	103
A COLETIVIDADE DOCENTE NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Paulo Vitor Teodoro de Souza Hélder Eterno da Silveira Iara Maria Mora Longhini	
CAPÍTULO 9	116
O CONTEXTO VIOLENTO DO ESTADO CAPITALISTA E O BULLYING	
Giovanna Back	
CAPÍTULO 10	129
O USO DOS PRINCÍPIOS DO DESIGN DE INTERIORES NA HUMANIZAÇÃO DA CASA DE APOIO	
Rubia Maiara Silva Marcon Larissa Siqueira Camargo	
CAPÍTULO 11	141
TEORIAS DE APRENDIZAGEM DE SEGUNDA LÍNGUA: UMA ANÁLISE CRÍTICA	
Laysa Cristina de Oliveira	
CAPÍTULO 12	153
USO DO KAHOOT COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM	
Ernane Rosa Martins Wendell Bento Geraldes Ulisses Rodrigues Afonseca Luís Manuel Borges Gouveia	
CAPÍTULO 13	160
O USO DAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Juliana Santos Alves Paulo Sergio Machado Leila Maria Araújo Santos	
CAPÍTULO 14	168
TECNOLOGIAS MÓVEIS EM CONTEXTO EDUCATIVO	
Ernane Rosa Martins Wendell Bento Geraldes Ulisses Rodrigues Afonseca Luís Manuel Borges Gouveia	
CAPÍTULO 15	178
EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS FATAIS EM ADULTOS JOVENS NO NOROESTE PARANAENSE	
Willian Augusto de Melo Maria Antonia Ramos Costa Neide Derenzo Verusca Soares de Souza Maria Dalva de Barros Carvalho	

CAPÍTULO 16	188
BIPOLARIDADE ESTADISTA-IDEOLÓGICA: ELIZABETH I E PONTIFICADO	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
CAPÍTULO 17	195
CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CONVENÇÃO JACOBINA NA REVOLUÇÃO FRANCESA	
William Geovane Carlos	
CAPÍTULO 18	205
ANÁLISE DE TENDÊNCIAS DO CONSUMO MEDIADO POR DISPOSITIVOS DIGITAIS NO MARKETING DE RELACIONAMENTO	
Guaracy Carlos da Silveira Fernando Augusto Carvalho Dineli da Cost	
CAPÍTULO 19	218
<i>CHILD OF THE DARK</i> : A PRESENÇA DA MULHER NEGRA NAS LITERATURAS TRADUZIDAS	
Tayza Cristina Nogueira Rossini Letícia Toniete Izeppa Bisconcim Wellington Júnior Jorge	
CAPÍTULO 20	229
INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NO BRASIL: MOTIVADORES E OBSTÁCULOS - UM ESTUDO MULTICASOS	
Vivien Mariane Massaneiro Kaniak	
CAPÍTULO 21	240
ANÁLISE DE ATIVIDADES LOGÍSTICAS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO DO NOROESTE PARANAENSE	
Renan Araújo de Azevedo Daniel Mantovani Aline Takaoka Alves Baptista Leandro Ferreira Pinto Amauri Henrique de Carvalho Júnior	
CAPÍTULO 22	252
O PROGRAMA DE EXCELENCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A SISTEMÁTICA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO ESTRATÉGICO NAS ORGANIZAÇÕES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SARANDI – PR	
Tânia Corredato Periotto Fabiana Azevedo Picanço Tamires Selini Gouveia	
CAPÍTULO 23	259
ESTUDOS DA LITERATURA SOB A VERTENTE DO LETRAMENTO: A LENDA DE RUFF GHANOR E O UNIVERSO MULTIMODAL	
Letícia Toniete Izeppa Bisconcim Tayza Cristina Nogueira Rossini Wellington Júnior Jorge	

CAPÍTULO 24271

ESPORTE, MÍDIA CONTEMPORÂNEA E (IN)VISIBILIDADE SOCIAL: ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM AUXÍLIO DAS REDES SOCIAIS

Bruno Bember Lofiego
Afonso Antônio Machado

CAPÍTULO 25282

A CULINÁRIA UCRANIANA NA CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ: ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO E A INFLUÊNCIA CULTURAL DAS COMIDAS TÍPICAS

Renan Valério Eduvirgem

SOBRE A ORGANIZADORA.....291

A GOVERNANÇA AMBIENTAL E AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL¹

Anaites Maria de Moraes Silva

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Teresina – Piauí

Jaíra Maria Alcobaça Gomes

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Teresina – Piauí

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo sobre a governança ambiental e as compras públicas sustentáveis na Administração Pública Federal. A governança ambiental busca o envolvimento de todos (Sociedade, Estado, mercados, políticas, instituições públicas e privadas e ações governamentais) em prol da qualidade de vida e saúde do meio ambiente, enquanto as aquisições sustentáveis representam um importante instrumento de gestão, pois buscam diminuir os impactos negativos decorrentes das atividades administrativas diárias da administração pública, estimulando a conscientização do consumo, bem como a criação de novos mercados para produtos e serviços sustentáveis. A metodologia utilizada foi exploratória, com pesquisa bibliográfica e documental, com a análise das aquisições sustentáveis homologadas no período de 2012 a 2016, com recorte para o órgão superior do Ministério da Educação (MEC), no âmbito da

região Nordeste. Os resultados apontam que os maiores volumes de aquisições possuem características ecoeficientes (55,72%), biodegradáveis (24,43%) e de itens reciclados (19,66%). Os dados apontam que a intervenção e a integração socioambiental são possíveis estratégias de governança, que podem oportunizar eficiência, responsabilização, criação de valor e integrando as condutas de vários *stakeholders*.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo. Governança. Gestão pública. Sustentabilidade.

ABSTRACT: This paper presents a study on environmental governance and sustainable public procurement in the Federal Public Administration. Environmental governance seeks the involvement of all (Society, State, markets, policies, public and private institutions and governmental actions) in favor of the quality of life and health of the environment, while sustainable acquisitions represent an important management tool, because they seek reduce the negative impacts arising from the daily administrative activities of the public administration, stimulating consumer awareness, and creating new markets for sustainable products and services. The methodology used was exploratory, with

1. Trabalho publicado nos anais do VIII Encontro Nacional da ANPPAS, realizado em Natal (RN) no período de 08 a 11 de outubro de 2017.

bibliographical and documentary research, with the analysis of the sustainable acquisitions approved during the period of 2012 to 2016, with a cut for the higher body of the Ministry of Education (MEC), in the scope of the Northeast region of Brazil. The results indicate that the largest volumes of acquisitions have eco-efficient characteristics (55.72%), biodegradable (24.43%) and recycled items (19.66%). The data shows that intervention and socio-environmental integration are possible governance strategies, which can provide efficiency, accountability, value creation and integrating the behavior of various stakeholders.

KEYWORDS: Consumption. Governance. Public administration. Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

O consumo é um processo social e cultural, que pode desencadear excessos, desperdícios, e destruição/degradação do patrimônio natural. O cenário global está representado pela escassez de recursos naturais e a necessidade imperiosa de responsabilização pelo uso/descarte, bem como a análise dos impactos resultantes. Quando se fala em responsabilização, pressupõe-se a responsabilidade tanto da esfera pública quanto privada. O poder público tem responsabilidades na produção e no consumo, tanto na indução de políticas públicas, quanto na execução destas, pois sua ação de forma ativa, com posturas e comportamento éticos, tanto nas escolhas como nas aquisições (produtos e serviços) resultam uma imagem positiva, uma postura ativa de governança, com politização e cidadania.

A governança é entendida como um processo dinâmico, que incentiva o controle social, por meio da transparência e responsabilização das estruturas organizacionais, com foco em objetivos que visem o interesse público, em sintonia com o mercado e as dimensões ambiental, social, econômica.

Este artigo apresenta um estudo sobre a governança ambiental e as compras públicas sustentáveis na Administração Pública Federal, destacando o comportamento das aquisições sustentáveis homologadas, do órgão superior do Ministério da Educação (MEC) para a região nordeste, no período de 2012 a 2016. A metodologia utilizada foi o estudo exploratório, bibliográfico, documental, com análise de dados secundários do Painel de Compras do Governo Federal, conforme período selecionado.

A escolha do órgão superior MEC fundamentou-se pela sua representatividade nas aquisições sustentáveis no cenário nacional, o equivalente no Nordeste, ao valor aproximado de R\$ 14 milhões de reais (BRASIL, 2017). Para fundamentar as análises foram utilizados dados das aquisições homologadas, com movimentação do Padrão Descritivo de Materiais (PDM) para classificação de itens sustentáveis, com especificação: reciclados, ecoeficientes, biodegradáveis, Tecnologia da Informação (TI) verde e certificação ambiental (BRASIL, 2014a).

A estrutura deste artigo é composta por revisão bibliográfica de temáticas relacionadas ao consumo e a sociedade do consumo; governança e governança

ambiental; o poder público e as compras públicas sustentáveis. Depois segue a exposição da metodologia, principais resultados e discussões e, no final são apresentadas as considerações finais e a possibilidade de estudos complementares.

2 | O CONSUMO E A SOCIEDADE DO CONSUMO

O ambiente natural é dinâmico e tem forte interação com a ação humana e os tipos de sociedades atuantes. O crescimento do consumo intensificou a exploração predatória de recursos, desencadeando externalidades locais e globais, e conseqüentemente, as crises ambientais. A crise ambiental é expressa por várias externalidades, tais como: problemas climáticos, perda da biodiversidade, degradação ambiental, escassez de recursos naturais, excesso na geração de resíduos urbanos e industriais, etc.

Steffen, Curtzen e McNeill (2007) enfatizam que as mudanças ambientais são provocadas por ações humanas, tendo o homem como o ponto central, era do antropoceno, e como exemplo, citam três estágios cuja presença marcante é a forte capacidade de consumo: o primeiro estágio é a Revolução Industrial (1800-1945); o segundo estágio é a grande aceleração (1945-2015) e o terceiro estágio pós 2015, que oportuniza o ponto de inflexão do antropoceno. Segundo Ribeiro (2016), a era do antropoceno é marcada pela forte ação humana no uso intensivo de recursos naturais, como uma força motriz de transformação da superfície terrestre, afetando a biosfera, a atmosfera e a litosfera.

Por muito tempo, a grande preocupação para minimizar as externalidades ambientais era concentrada na produção, que posteriormente, como a regulamentação do processo produtivo não foi o suficiente para solucionar os problemas ambientais, partiu-se para o foco no consumo, destacando características particulares de uma sociedade focada no consumo. Portilho (2005) corrobora ao descrever as contradições das três abordagens/perspectivas vivenciadas pela sociedade de consumo (Quadro 1), demonstrando a complexidade e ambigüidade, cujo fenômeno pode ao mesmo tempo explorar, manipular e empoderar.

Vivenciamos uma sociedade de risco e de consumo elevado, com necessidades urgentes de mudança dos atuais padrões de crescimento a todo custo para mudanças no estilo de vida individual e coletivo, comportamentos e atitudes, dos quais está o consumo mais sustentável.

Para Ribeiro (2016) o problema do consumo reside no estilo de vida consumista, e não há dúvidas sobre a emergência da necessidade de mudança deste estilo de vida, além disso, há a necessidade de reposição do que já fora utilizado, tanto no aspecto dos recursos naturais quanto na dívida social (desigualdade e vulnerabilidade social).

ABORDAGENS/ PERSPECTIVA	CARACTERÍSTICAS
A sociedade do consumo é vista como uma sociedade capitalista, dependente, para sua expansão, do desenvolvimento do capitalismo industrial.	<ul style="list-style-type: none"> • É associada ao marxismo e suas variações (divisão de classe); • Foco: lucro, manutenção da divisão social, produção em massa e exploração da força de trabalho; • O consumo é o outro lado da produção; • Ênfase: desenvolvimento histórico/econômico e estruturas sociais; • Consumidor é um ator racional com restrições e constrangimentos em relação a fatores sociais, econômicos e políticos; • O consumo é alienador; • Tipo de consumidor: vítima; • Sentimento: passividade, exploração, manipulação, falta de poder e direitos, perda de privacidade.
A sociedade do consumo é vista como uma sociedade racional e utilitária, feita simplesmente por consumidores praticando o ato de consumir.	<ul style="list-style-type: none"> • É elaborada e defendida pela teoria econômica clássica e pelos estudos de marketing e propaganda; • Ênfase: nos consumidores em si mesmo; • Consumidor é um ator racional sem restrições e constrangimentos em relação a fatores sociais, econômicos e políticos; • Tipo de consumidor: soberano; • Sentimento: direito de escolha, poder, racionalidade, etc.
A sociedade do consumo é vista como uma sociedade simbólica, de sinais e significados.	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e fortalecimento das atividades individuais e sociais através da aquisição e usos de bens; • Ênfase: nas práticas contemporâneas de estilo e estética; • Foco: consumo de bens materiais e bens intangíveis; • Influências: estudos culturais e teorias pós-modernidade; • Tipo de consumidor: ativista; • Sentimento: poder de escolha, rebelião, decisão, cidadania, identidade, subjetividade, etc.

Quadro 1 – Quadro resumo das abordagens/perspectivas da sociedade de consumo

Quadro adaptado. Fonte: Portilho (2005, p. 90-105).

O consumo sustentável é um tipo de consumo que proporciona impactos ambientais adversos reduzidos, onde os consumidores buscam objetivos não materialistas, com posicionamento ético, ultrapassando a visão apenas materialista de seus próprios interesses (PAAVOLA, 2001). O autor também faz um alerta para que tenha resultados ambientalmente desejáveis são necessárias ações coletivas e coalizões, pois quando a estratégia é centrada apenas em ação individual, resulta-se apenas em estilos elitistas de vida, não sendo atingido amplamente por toda a sociedade.

Vários tipos de recursos são consumidos, dentre eles, os recursos naturais. A natureza é um patrimônio que necessita ser protegido e preservado. Segundo Zanirato (2016) a preocupação pela salvaguarda do patrimônio é justificada pelos riscos de desaparecimento, e a sua proteção é a forma de conter estes riscos. O conceito de patrimônio tem vários significados. Arruda (2016) corrobora com o atributo polissêmico,

ao destacar que o patrimônio tem duas concepções: a tradicional, como algo a ser transmitida, uma herança, segundo leis e costumes, comumente deixada de pai para filho; enquanto o conceito contemporâneo, o termo patrimônio assume um aspecto nômade, que perpassa novos usos e transformações, assumindo aspectos de sentido de coletivo (nós).

Para Zanirato (2016, p. 202-205) o patrimônio é “uma construção social, cujo significado se reveste de diferentes atributos conforme quem o emprega, o tempo histórico e a finalidade com que o emprega”, que depende de “ativação patrimonial”, ou seja, “processo de valores atribuídos como formadores de um conjunto de referência, posto em ação por meio de agentes, tais como o Estado”.

Como construção social, o patrimônio possui aspectos de tangibilidade e intangibilidade, bem como aspectos, históricos, artísticos, culturais, religiosos, sociais, ambientais, econômicos e com múltiplas interfaces com a sociedade, quer do ponto de vista individual quanto coletivo. Neste sentido, o herdeiro do patrimônio está associado à cultura, memória e identidade do bem coletivo. E como está o patrimônio natural?

Segundo Arruda (2016) o patrimônio natural está insustentável, ou seja, próximo a ruínas. A partir dos estudos de Steffen, Curtzen e McNeill (2007) surgem um questionamento, será se as tendências de desmaterialização e mudança de valores da sociedade são fortes o suficiente para desencadear uma transição de uma sociedade globalizante para uma sociedade mais sustentável?

A resposta para este questionamento dependerá da busca por soluções que integre de maneira sustentável, o crescimento da população, o uso de recursos e a preservação do patrimônio, onde as ações públicas e privadas, bem como os efeitos destas, sejam conscientes, pensando no presente, no passado e principalmente no futuro intergeracional e intrageracional.

Na contribuição de Zanirato (2016, p. 208): “precisamos caminhar em direção a uma visão holística que não separe natureza e sociedade, que não considere que a felicidade se encontra no consumo [...]”, e o reconhecimento da legitimação das ações públicas em prol da conservação integrada, que busque a articulação de políticas protetivas do patrimônio com as demais dimensões ambiental, econômica e social.

Portilho (2005) destaca que o debate sobre o consumo e meio ambiente, não pertence apenas aos consumidores individuais ou aos *experts*, o debate deve servir como uma ponte para aproximar, para provocar o encontro, e estimular novos espaços emancipatórios entre a esfera pública e a privada, estimulando a politização e novas formas de cidadania.

Na literatura, são exemplos de estratégias de politização do consumo as ações de *boycott* (boicote) e de *buycott*. Segundo Friedman (1999) o *buycott* representa uma recompensa, uma premiação para as empresas fornecedoras (firmas) pelo passado de boas ações, enquanto o *boycott* representa uma punição, uma pressão para não aquisição motivado pelo passado de maldades. Portilho e Castañeda (2009) destacam que “*buycott*” é uma expressão inglesa que representa uma opção consciente de

compras ambientalmente ou socialmente amigáveis, enquanto o termo boicote é uma negação da compra.

Posturas éticas são importantes para uma responsabilidade compartilhada, principalmente integrando condutas de vários *stakeholders* (indivíduos, empresas, organizações, governos e organizações não governamentais). A partir desta perspectiva, as compras públicas sustentáveis surgem com um propósito de integração de políticas públicas, onde o poder público busque ter um papel ativo, visando à proteção integrada e a busca pela eficiência, responsabilização e criação do valor público por meio de suas escolhas e decisões, e estimulando posturas ambientais de seus fornecedores.

3 | A GOVERNANÇA E A GOVERNANÇA AMBIENTAL

O termo governança tem múltiplas interpretações e diferentes dimensões de significados, que oportuniza uma ampla contextualização. O conceito de governança tem sua origem nos anos 70, inicialmente difundida com o sentido de governo em processo, posteriormente, nos anos 80, foi difundida como um símbolo de modernidade da ação pública e também da gestão das empresas (JACOBI; SINISGALLI, 2012). Os autores conceituam governança como:

Conjunto de iniciativas, regras, instâncias e processos que permitem às pessoas, por meio de suas comunidades e organizações civis, a exercer o controle social, público e transparente, das estruturas estatais e das políticas públicas, por um lado, e da dinâmica e das instituições do mercado, por outro, visando atingir objetivos comuns. (JACOBI; SINISGALLI, 2012, p. 1.471).

O termo governança tem atingido uma abrangência cada vez maior, quer no campo da política, economia ou nas ciências sociais, a citar: boa governança, governança corporativa, governança pública e governança ambiental.

Para Jacobi e Sinisgalli (2012, p. 1.471-1.472), a governança ambiental é uma expressão mais inclusiva, que está associada à qualidade de vida e saúde ambiental, que abrange a relação “Sociedade, Estado, mercados, direito, instituições, políticas e ações governamentais”, buscando o envolvimento de todos (tomadores de decisão e não tomadores de decisão) e transcendendo modelos ultrapassados de gestão, tendo ainda como desafio, a necessidade de fortalecimento de políticas públicas que reduzam as ações predatórias, utilizando estratégias de práticas educativas, arenas de negociação, participação da sociedade civil e tomada de decisão compartilhada. Contudo, os usos destas estratégias podem ter interferências e resistências.

Corroborando, Cavalcanti (2004, p. 6) já fazia um alerta, ao enfatizar que a implementação da governança ambiental tem um grande desafio, o de lidar com resistências fundamentadas em velhas práticas de preconceitos, emanados pelo apego “quase fanático ao crescimento econômico”, sob o disfarce de desenvolvimento acima de qualquer outra coisa, e influenciados pela pressão de “poderosos lobbies que rondam a formulação de políticas públicas”.

Um medo generalizado de contradizer as expectativas dos agentes econômicos conduz ao triunfo da ótica míope, produtivista, de mania de crescimento, em oposição aos sentimentos ambientalistas da comunidade que se reúne sob a égide dos compromissos com um desenvolvimento de conteúdo responsável ou possível em termos ecológicos. Têm razão, portanto, aqueles que percebem que a gênese dos problemas ambientais muito deve à diferença entre a maneira como a Natureza trabalha e a maneira como o homem pensa. (CAVALCANTI, 2004, p. 9).

O pior de tudo, é que o discurso de que o crescimento econômico gera desenvolvimento e progresso, ainda é uma prática muito utilizada e defendida em retóricas oficiais, sendo disseminado em todos os níveis, inclusive pela própria sociedade. Por outro lado, emerge uma nova postura, que reforça a necessidade do compromisso das partes interessadas, visando a libertação de políticas públicas utilitaristas e predatórias do meio ambiente.

Dentre as partes interessadas, o poder público tem seu papel de destaque, com foco na boa governança pública. O Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP) destaca como exemplo de princípios para a boa governança pública: o compromisso em prol da sustentabilidade social e ambiental, por meio com valores éticos; o foco por uma ação organizacional otimizada dos dispêndios de recursos públicos e a conscientização pelo atendimento efetivo e sustentável das necessidades das partes interessadas (*stakeholders*) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA PÚBLICA, 2014).

O Tribunal de Contas da União (TCU) também corrobora para o controle da boa governança no setor público, ao destacar alguns pontos positivos, tais como, garantia de entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos, além de controlar as finanças de forma atenta e responsável (BRASIL, 2014b).

Diante de recursos escassos e de necessidades diversas, o poder público necessita demonstrar sua capacidade de responsabilização, por meio das aquisições e contratações com adoção de critérios que incentivem a preservação ambiental. Como exemplo prático de governança ambiental e boa governança surgem às compras públicas sustentáveis.

4 | O PODER PÚBLICO E AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

O poder público tem sua relevância destacada como um agente regulador, mediador e executor de políticas públicas, orientando suas ações para uma gestão pública com mais eficiência, na busca de transparência, responsabilização e criação do valor público, por meio do compartilhamento de responsabilidades nas dimensões: econômicas, sociais e ambientais.

A preocupação com o consumo e ao desenvolvimento mais sustentável tem repercussão nas esferas públicas e privadas. A visão utilitarista e predatória do uso indiscriminado de recursos ambientais não poderá ser perpetuada. Segundo Cavalcanti (2015), o desenvolvimento sustentável é aquele que permanece, e quem o sustenta

é a natureza, portanto, é inconcebível a destruição de nosso bem maior, e também confundir o crescimento sustentável com o desenvolvimento sustentável, pois o termo desenvolvimento significa mudança, evolução e progresso, enquanto crescimento significa o aumento e expansão.

As compras públicas sustentáveis induzem a ideia de que os recursos podem ser alocados de forma eficiente, aliando estratégias de preços, qualidade, transparência, procedimentos normativos formais, por meio de processos mais eficientes e maximização de recursos públicos, tendo como foco o desenvolvimento nacional sustentável.

Vários autores (Biderman et al., 2008; Betiol et al., 2012; Mendonça et al., 2012) destacam que as compras públicas sustentáveis representam um importante instrumento de gestão, pois buscam diminuir os impactos negativos decorrentes das atividades administrativas diárias da administração pública, estimulando, ao mesmo tempo, a criação de novos mercados para produtos e serviços sustentáveis.

Biderman et al. (2008) destacam outros sinônimos para as compras governamentais sustentáveis: licitações públicas sustentáveis, ecoaquisições, compras verdes, compras ambientalmente amigáveis e licitação positiva. Um ponto importante é que a licitação sustentável proporciona mecanismos de gestão pública mais efetiva, com destaque para cidadania ambiental e atuação ética e transparente. Villac (2015) amplia o conceito de licitação sustentável para:

Um processo que não se limita à aquisição de um produto menos insustentável ou à incidência de normas ambientais nos editais e contratos administrativos, mas que também se relaciona com a impressão de mecanismos de gestão pública consistentes e efetivos, que envolvam todos os setores dos órgãos públicos, com o fornecimento da cidadania ambiental na administração pública e atuação pública com ética e transparência. (VILLAC, 2015, p. 66).

Outra definição importante de licitação sustentável é destacada por Santos (2015, p. 157), como aquela que “considera critérios de preferências socioambientais para a escolha de bens, obras e serviços a serem contratados pelo Poder Público, com o objetivo de preservar o meio ambiente e minorar desigualdades econômicas e sociais”. Esta definição coloca como destaque, objetivos como preservação e redução de desigualdades.

A Instrução normativa nº 01/2010, de 20/1/2010 dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, subdividindo os critérios em dois grandes grupos: o primeiro grupo, obras públicas sustentáveis e o segundo, bens e serviços.

No grupo primeiro grupo, obras públicas sustentáveis, reforça a necessidade da economia da manutenção e operacionalização da edificação, por meio do incentivo para a redução do consumo de água e energia, e a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como (BRASIL, 2010; MENEGUZZI; 2015):

- a. Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- b. Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- c. Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- d. Uso de energia limpa, como energia solar, ou outra para aquecimento de água;
- e. Implantação de sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- f. Implantação de sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- g. Aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- h. Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- i. Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço;
- j. Priorização do emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas;
- k. Elaboração de Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil (PGRCC), bem como o cumprimento das condições determinadas pelo conselho nacional do meio ambiente (CONAMA);
- l. Os instrumentos convocatórios e contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas e específica composição de custos;
- m. No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia deverão ser observadas as normas do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial (INMETRO) e as normas ISO nº 14.000 da organização internacional para a padronização (*International Organization for Standardization*).

No segundo grupo são as estratégias para os bens e para os serviços (BRASIL, 2010; MENEGUZZI, 2015, p. 33-34):

a. Bens:

- Constituídos no todo ou em parte por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Bens com certificação ambiental;
- Utilização de embalagem adequada, com uso de materiais recicláveis, garantindo a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*). Exemplo: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

b. Serviços:

- Uso de produtos de limpeza e conservação, conforme especificações da ANVISA;
- Evitar o desperdício de água tratada;
- Cuidado com o ruído dos equipamentos;
- Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva (EPC);
- Realizar programas de treinamento interno de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, água e produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) sobre resíduos sólidos; e
- Prever a destinação adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis.

A Instrução normativa nº 01/2010 sinaliza alguns pontos de referências, que moldam a percepção sobre quais critérios a administração pública federal levará em conta, guiando o mercado para a incorporação de virtudes socioambientais, e consequentemente, politização do consumo.

A politização do consumo na esfera pública federal é expressa por meio da mobilização intencional, com respaldo legal, para as aquisições de produtos e serviços, que provoquem mudanças positivas tanto na dimensão social quanto ambiental. As compras públicas sustentáveis são uma estratégia de “*buycott*”.

O governo federal sinaliza para o mercado, que tipo de características sustentáveis são necessárias para a descrição do produto ou serviço, com efeito, estimula a aquisição de itens sustentáveis, selecionando empresas, mediante igualdade de competição e respeitando as regras dos processos licitatórios, para aquisição daqueles fornecedores que atendam os pré-requisitos ambientais e sociais, consequentemente, premiando

bons fornecedores e estimulando que outros alterem seu processo produtivo para a oferta de itens sustentáveis. E qual deverá ser o perfil do bom comprador público?

Segundo Meneguzzi (2015, p. 27), o bom comprador público deverá considerar três pontos importantes:

- a. A necessidade real de adquirir;
- b. As circunstâncias em que o produto visado foi gerado;
- c. Os materiais e as condições de trabalho de quem o geraram.

Com efeito, as preocupações nas compras públicas sustentáveis vão além do produto/serviço acabado, com forte interesse sobre a origem dos recursos necessários para a transformação, as etapas da produção e o capital humano empregado, envolvido e comprometido. Além disso, as compras públicas sustentáveis oportunizam eficiência, responsabilização e criação do valor público e privado. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU) (BRASIL, 2014b; BRASIL, 2015):

- a. A eficiência é a relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade, bem como os custos dos insumos empregados para produzi-los, levando em consideração o período de tempo, mantidos os padrões de qualidade;
- b. A eficiência deverá levar em consideração a minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou na otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado;
- c. A responsabilização é empregada no sentido de comprometimento, tanto no aspecto público quanto no privado;
- d. O valor público ou o interesse público está presente como princípio da administração pública, onde ocorre a priorização do público sobre o interesse privado.

Quando o poder público sinaliza por aquisições sustentáveis, a nova demanda deverá ser atendida, conseqüentemente, novas pesquisas, novos processos produtivos e nova oferta de produtos e serviços deverão ser disponibilizados no mercado. Contudo, não basta o foco em aspectos econômicos, há a necessidade de inserção e respeito aos critérios sociais e ambientais.

Inanine, Erdmann e Marchi (2012) enfatizam que a inserção de critérios sociais poderá promover o emprego, proteger as condições de trabalho, e auxiliar a sociedade para oportunidades igualitárias.

Contudo, apesar do grande potencial, ocorrem ainda muitas resistências, algumas por preconceitos e outras pelo fato de produtos sustentáveis terem um custo e preços mais elevados.

Biderman et al (2008) destacam que, quanto mais os gestores públicos optarem

por compras públicas sustentáveis, mais incentivará um círculo virtuoso, aumentará a demanda e estimulará a oferta e a competição de fornecedores, com isso, os preços ficarão mais baixos, fomentarão a criação de novos negócios e reduzirão os riscos ambientais. Com isso, o poder público por meio da estratégia de “*buycott*” cumprirá o papel de liderança em práticas pró-ambiental, contudo, ainda existe um longo caminho de oportunidades, dilemas, escolhas e desafios.

5 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi o estudo exploratório, bibliográfico, documental, com análise de dados secundários para amostra intencional selecionada. Os dados secundários foram coletados do Painel de Compras do Governo Federal, uma plataforma de consulta pública, com dados dos números de contratações e panorama de gastos públicos para os Órgãos que compõem o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG).

Este artigo analisa os dados disponibilizados dos processos de compras homologados, no período de 2012 a 2016, para o órgão superior Ministério da Educação (MEC), tendo como parâmetros, a identificação de itens sustentáveis, para a região nordeste do país, com análise de conteúdo e classificação de atributos sustentáveis seguindo a classificação: reciclados; ecoeficientes; biodegradável; Tecnologia da Informação (TI) verde; e certificação ambiental.

Segundo a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), os atributos sustentáveis são descritos como (BRASIL, 2014a, p. 4-7; FULGÊNCIO (2007):

- a. Reciclado: a reciclagem é uma questão emergencial no mundo, que pode contribuir “pelo viés da economia de custos, matérias-primas e insumos, quanto pelos resultados ambientais decorrentes da queda da produção de resíduos”;
- b. Ecoeficiente: visa promover o uso racional de matérias-primas/energia, diminuir acidentes e melhorar a relação entre os *stakeholders* e tem como elementos: redução do consumo; redução da dispersão de substâncias tóxicas; intensificar a reciclagem; maximizar o uso sustentável de recursos; prolongar a durabilidade e agregar valor aos bens e serviços;
- c. Biodegradável: apresenta degradação por processos biológicos, sob a ação de microrganismos em condições naturais;
- d. TI verde: são aquisições sustentáveis em tecnologia da informação, com especificações que reduzem o impacto ambiental e são ecoeficientes;
- e. Certificação ambiental: é o procedimento de verificação e produção de atestado de conformidade, que indica o grau de consciência ambiental de determinada empresa, que reflete qualidade de produto, processo, sistema ou

serviço.

6 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O volume de aquisições de itens sustentáveis no período de 2012 a 2016 teve ascendente representatividade, ao compararmos com total de aquisições no Brasil, cuja movimentação de compras homologadas representa R\$ R\$ 287,31 bilhões de reais. Deste total, no período foram homologados 0,21% de itens sustentáveis, o equivalente a R\$ 590,72 milhões de reais e 99,79% de itens não sustentáveis (R\$ 286,72 bilhões). Os dados demonstram que existe uma margem de oportunidades para a ampliação de aquisições sustentáveis.

As compras públicas sustentáveis seguem o Manual de Catalogação de Materiais (CATMAT), disponível no link <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Catmat/Conitemmat1.asp>, que apresenta o Padrão Descritivo do Material (PDM) e suas especificações detalhadas. Atualmente, o CATMAT apresenta 1025 itens sustentáveis, conforme descrição do Gráfico 1.

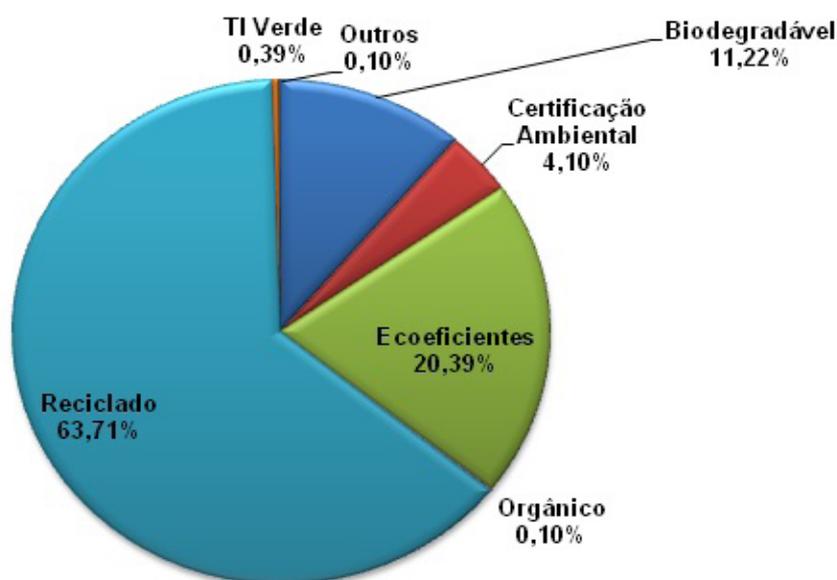


Gráfico 1 – Movimentação de item sustentável por tipo de classificação

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do CATMAT.

Segundo os dados disponibilizados no CATMAT, a maioria dos itens sustentáveis, possui a descrição de reciclado, seguida por ecoeficientes e biodegradáveis.

Fazendo a análise da movimentação de aquisições no período de 2012 a 2016, na amostra selecionada, foram homologados aproximadamente R\$ 14 milhões de reais nos processos de compras (Gráfico 2).

Os dados preliminares apontam para a tendência de aquisições ecoeficientes, biodegradáveis e reciclados.

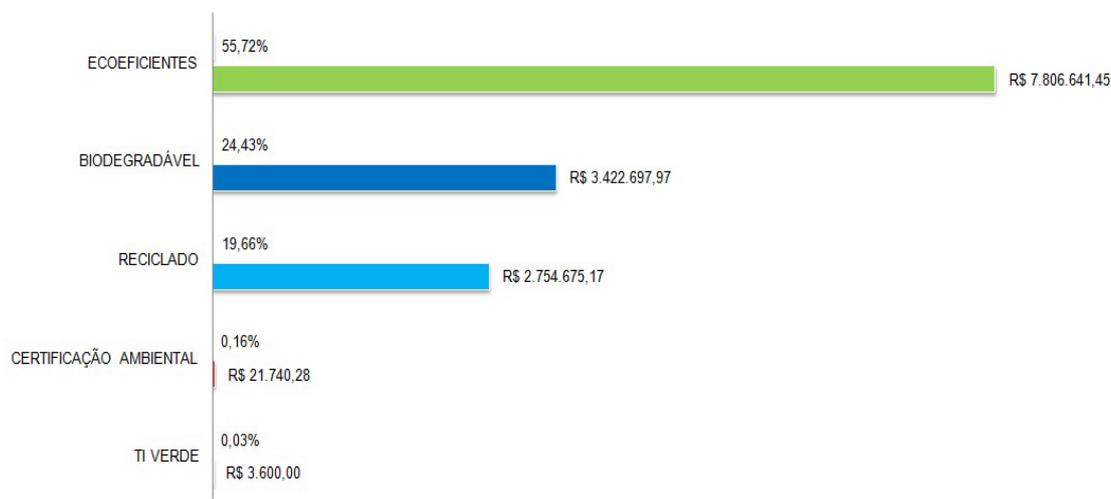


Gráfico 2 – Movimentação de itens sustentáveis para o período 2012-2016, por tipo de classificação

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise de conteúdo do PDM e os critérios sustentáveis contribuem para a especificação do perfil das aquisições em cinco grupos (Quadro 2).

GRUPO	PDM
Ecoeficientes	· Aparelho de ar condicionado, frigobar, refrigerador duplex, veículo de transporte pessoal, borracha pagadora escrita, freezer, lâmpada fluorescentes compacta, etc.
Biodegradáveis	· Detergente, papel higiênico, sabão em pó, copo descartável, caneta esferográfica, cola, corretivo líquido, saco plástico lixo, etc.
Reciclados	· Papel, cartucho impressora, caneca, caneta esferográfica, lápis, lapiseira, pilha, régua comum, vassoura, etc.
TI verde	· Computador tipo estação de trabalho.
Certificação ambiental	· Papel, lápis de cor, copo descartável, lápis preto, etc.

Quadro 2 – Perfil de aquisições sustentáveis para o período 2012-2016, segundo o PDM

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, o Gráfico 3 apresenta a descrição da movimentação por Unidade Federativa para o recorte do Nordeste. Os estados que obtiveram a maior representatividade nas aquisições homologadas foram Bahia (49,40%), Paraíba (18,43%) e Pernambuco (17,30%). Os estados que obtiveram pequena movimentação totalizam 14,87%, e levantam possibilidades de questionamentos sobre as resistências e as barreiras encontradas para o cumprimento dos critérios sustentáveis.

Os dados qualitativos e quantitativos das aquisições sustentáveis, tanto de alta representatividade ou baixa representatividade sinalizam que o poder público pode intervir na ordem econômica, e tem a oportunidade de estimular, com responsabilidade, novas posturas na defesa da governança ambiental, ultrapassando resistências e barreiras utilitaristas.

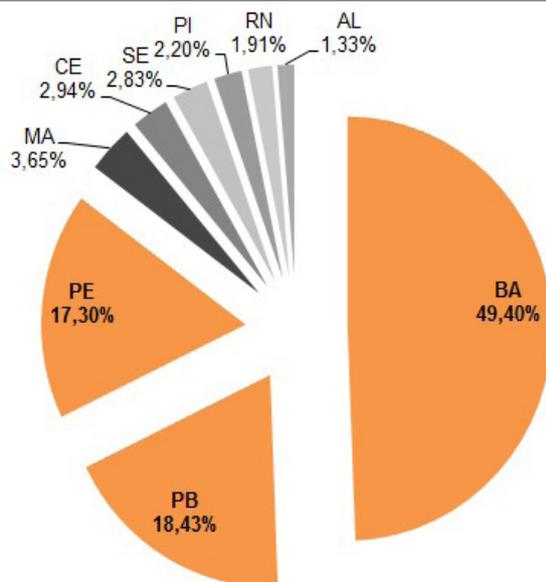


Gráfico 3 – Movimentação de aquisições sustentáveis para o MEC/Nordeste (2012-2016)

Fonte: Dados da pesquisa.

Como destacado no artigo, as estratégias em prol da governança ambiental têm oportunidades e resistências, pois dependem de arenas de negociação, práticas educativas, participação da sociedade civil, ferramenta de construção de tomada de decisão compartilhada, e quebra de preconceitos e resistências (CAVALCANTI, 2004; JACOBI, SINISGALLI, 2012).

As arenas de negociação envolvem o poder público, os agentes públicos e privados, os cidadão e fornecedores, bem como demais *stakeholders*. Como práticas educativas, novos comportamentos e posturas dos ofertantes e demandantes. Na participação da sociedade civil, além da participação ativa e democrática, a busca pelo controle social, por meio de acesso de dados e transparência das ações.

Já a tomada de decisão compartilhada busca integrar responsabilidades e ampliar o processo dialógico e democrático, visando atingir objetivos, e ultrapassando a visão utilitarista, estimulando a redução de impactos negativos decorrentes das atividades administrativas diárias da administração pública federal, e ao mesmo tempo, dando um sinal para a produção e o consumo de produtos e serviços sustentáveis, por meio de estratégias de politização do consumo, o “*buycott*”.

O presente artigo faz parte de um estudo exploratório, com necessidade de estudos complementares, com os atores envolvidos no processo de compras públicas sustentáveis na amostra selecionada, conforme plano de trabalho da tese de doutorado em andamento.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conscientização do nível de degradação e da necessidade de preservação do patrimônio natural, por meio da redução dos padrões atuais de produção e consumo,

são questões prioritárias e emergentes no cenário contemporâneo.

Todo o agente quer público ou privado tem sua parcela de culpa e contribuição para a mudança de padrões de consumo. O poder público por meio das compras públicas sustentáveis busca a integração das variáveis ambientais, sociais e econômicas, sinalizando para o mercado e a sociedade o estímulo para boas práticas de compras, com postura atuante de executor de políticas públicas, ao adotar posturas e ações mais sustentáveis, visando o bem coletivo e o futuro intergeracional e intrageracional.

Os dados secundários expostos neste artigo demonstram as iniciativas sustentáveis da administração pública federal, que oportunizam posturas proativas, ultrapassando velhos modelos que privilegiam apenas a variável econômica, sem preocupação direta ou indireta com as outras variáveis (sociais e ambientais).

Os indicadores de compras públicas sustentáveis têm resultados modestos, mas com ascendente representatividade, pois dependerá de como o mercado se comporta, por meio do incremento da descrição de produtos e serviços e o seu ciclo de vida, com análise de riscos e impactos, avaliando a necessidade real da aquisição, ao eliminar o desperdício, com escolhas prioritárias para classificação sustentável.

As análises da movimentação das compras públicas sustentáveis no período reforçam que o caminho está aberto, e a transversalidades da temática exige a implementação de políticas públicas mais atuantes, em sintonia com a legislação aplicada, que estimule uma cultura social e ambiental (gestores, fornecedores e sociedade), levando em consideração o respeito ao meio ambiente.

No recorte estudado, há oportunidades para aplicação do poder de compra, ao realizar compras públicas sustentáveis com o objetivo de intervenção e prevenção do uso do patrimônio ambiental e atendimento dos padrões de governança ambiental.

Diante do exposto, a Administração Pública Federal tem grandes desafios e oportunidades para mudanças dos padrões de consumo, a integração social e ambiental, e para a ampliação dos espaços de conscientização e cidadania.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. Da sustentabilidade ou insustentabilidade da natureza do patrimônio natural. **Revista Confluências culturais**. n. 5, p. 190-199, 2016.

BETIOL, Luciana Stocco et al. **Compra Sustentável**: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2012.

BIDERMAN, Rachel et al. **Guia de compras públicas sustentáveis**: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. v. 2, Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 01/2010**, 19 de janeiro de 2010. Disponível em: < <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295> >. Acesso em: 13 mai. 2017.

_____. Ministério do Planejamento. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Vai comprar?** Conheça os materiais sustentáveis existentes no catálogo de materiais- CATMAT e os

critérios utilizados na catalogação. Brasília: SLTI, n.1, p.1-7, 2014a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Painel de compras do governo federal**, filtro movimentação 2012-2016 (2017). Disponível em Painel de Compras do Governo Federal (*Online*). Disponível em: <<http://painelcompras.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014b.

_____. Tribunal de Contas da União. **Vocabulário de controle externo do Tribunal de Contas da União**. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2015.

CAVALCANTI, Clovis. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 1, p. 1-10, 2004. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Revibec/article/view/38276/38150>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Pensamento socioambiental e a economia ecológica: nova perspectiva para pensar a sociedade. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 169-178, dez. 2015.

FULGÊNCIO, Paulo Cesar. **Glossário vade mecum**: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente: 14.000 termos e definições. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FRIEDMAN, Monroe. **Consumer boycotts**: effecting change through the marketplace and the media. Routledge: London, 1999. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

INANINE, Ronaldo; ERDMANN, Rolf Hermann; MARCHI, Jamur Johnas. Análise do Sistema eletrônico de compras do governo federal brasileiro sob a perspectiva da criação de valor público. **R. Adm**, São Paulo, n. 47, p. 24-139, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA PÚBLICA. **10 princípios para a boa governança** (2014). Disponível em: <<http://governanca.net.br/index.php/noticias/313-principios-para-a-boa-governanca-publica>>. Acesso em: 15 set. 2016.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antônio de Almeida. Governança ambiental e economia verde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p.1469-1478, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/37408>>. Acesso em 14 jun. 2017.

MENDONÇA, Ricardo Almeida Marques et al. Processo de institucionalização das compras públicas sustentáveis. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO (ENAPG), 2012, Salvador. **Anais eletrônicos** ... ANPAD, 2012, p.1-16.

MENEGUZZI, Rosa Maria. Conceito de licitação sustentável. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa Pinheiro Barki. (Coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum. 2. ed., 2015, p. 21-42.

PAAVOLA, Jouni. Towards sustainable consumption: economics and ethical concerns for the environment in consumers choices. **Review of Social Economy**, v. 59, n. 2, p. 227-248, June. 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/24089243_Towards_Sustainable_Consumption_Economics_and_Ethical_Concerns_for_the_Environment_in_Consumer_Choices>. Acesso em: 14 jun. 2017.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo. Consumo e política: neo-modernismo e reflexividade social. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro (RJ), 2009. **Anais** ... p.

1-20.

RIBEIRO, Wagner Costa. Antropoceno: ou mudamos nosso estilo de vida, ou vamos sucumbir. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: 2016. **Instituto Humanitas Unisinos (IHU online)**, São Leopoldo-RS, 29 fev. 2016. Entrevista concedida a Patrícia Fachin e Leslie Chaves. Disponível em:< <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/552037-antropoceno-ou-mudamos-nosso-estilo-de-vida-ou-vamos-sucumbir-entrevista-especial-com-wagner-costa-ribeiro>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

STEFFEN, Will; CURTZEN, Paul Josef; MCNEILL, John Roberth. The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature? **Ambio-A Journal of the Human Environment**, n. 36, p. 614-621, 2007.

VILLAC, Teresa Pinheiro Barki. Direito internacional ambiental como fundamento principiológico e de juridicidade para as licitações sustentáveis no Brasil. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa Pinheiro Barki. (Coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum. 2. ed., 2015, p. 43-68.

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível? **Revista Confluências culturais**, n. 5, p. 200-211, 2016.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-75-8



9 788585 107758